



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO

Rua Ver. Fermino Pedrosa dos Santos, 440 – Bº Boa Esperança

FONE: 015 –35771580 / 35771266

camarabt@uol.com.br

BARRA DO TURVO - SÃO PAULO



EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Ref. Processo n. 007/2022

PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: *Parecer sobre as minutas de contratos para o fornecimento de materiais de consumo.*

Trata-se de encaminhamento para parecer jurídico sobre os contratos para fornecimento materiais de consumo em trâmite da Câmara Municipal de Barra do Turvo.

Foram apresentados 3 (três) contratos, fruto da escolha pela maior vantajosidade para a contratação desejada. A fim de trazer maior economia na contratação, a partir da pesquisa de preço, a comissão de licitação resolveu adquirir os produtos de consumo de acordo com o valor unitário, e não total. Isso fez com que os 4 (quatro) fornecedores fossem contratados em relação aos produtos mais baratos apresentados.

Sendo assim, apresenta-me o contrato com o Mercado do Povo – Barra do Turvo LTDA, Comercial Padilha Supermercados Ltda, Supermercado Fátima e Filhos Ltda e Mini-Custo Barra do Turvo Comércio de Alimentos LTDA. Quanto a análise material e formal do contrato, estes precisam obedecer o estabelecido no artigo 54 e 55 da Lei 8.666/1993, conforme apresentado assegurar:



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO

Rua Ver. Fermino Pedrosa dos Santos, 440 – Bº Boa Esperança

FONE: 015 – 35771580 / 35771266

camarabt@uol.com.br

BARRA DO TURVO - SÃO PAULO



Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO TURVO

Rua Ver. Fermino Pedroso dos Santos, 440 – Bº Boa Esperança

FONE: 015 –35771580 / 35771266

camarabt@uol.com.br

BARRA DO TURVO - SÃO PAULO



sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

§ 3º No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Sendo assim, manifesto-me pela regularidade dos contratos apresentados.

É o parecer, smj.

De Curitiba para Barra do Turvo, 18 de fevereiro de 2022.

Assinado
Digitalmente

MICHAEL DIONISIO DE SOUZA
PROCURADOR LEGISLATIVO MUNICIPAL
OAB/SP 365.327